

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 16 de abril de 2007 às 14h44
Seleção de Notícias

INPI

Diário Popular | RS

Certificação do Doce de Pelotas	1
--	---

EDITORIAL

Biopirataria

Gazeta Mercantil | SP

Fiesp e NAM declaram apoio a seus governos	2
---	---

NACIONAL | CRISTINA BORGES GUIMARÃES

O Estado de S. Paulo | SP

Pingüim e raposa invadem o RS	3
--	---

LINK | RODRIGO MARTINS

O Globo | RJ

Cora Rónai	5
-------------------------	---

CORA RÓNAI | CORA RÓNAI

Zero Hora | RS

"Fazer papel de Robin Hood não é correto"	6
--	---

ECONOMIA

Diário Popular | RS

Fórum da Liberdade trata do papel da propriedade	7
---	---

ECONOMIA

Jornal do Senado | BR

Combate à pirataria será debatido com especialistas	8
--	---

COMISSÕES - CE

Propriedade Intelectual

Jornal do Brasil | RJ

GPL3 é o futuro do software livre	9
--	---

CIÊNCIA E TECNOLOGIA | CRISTINA DE LUCA

Zero Hora | RS

"O estado de direito protege todos, especialmente os pobres"	11
---	----

ECONOMIA

Outros assuntos

MaxPress | BR

CIB PARTICIPA DE CONGRESSO DA FAO	12
--	----

Certificação do Doce de Pelotas

EDITORIAL

O agronegócio está buscando ganhar valor agregado aos seus produtos com o uso de certificações que indiquem a região onde foram produzidos. Trata-se de colocar selos de indicação geográfica, autorizados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**). Desde 1998 até o final do ano passado, a instituição recebeu 21 solicitações de certificações, autorizando três: o vinho do Vale dos Vinhedos, a Carne do Pampa - ambos no Rio Grande do Sul - e o Café do cerrado, em Minas Gerais.

Um produto com indicação geográfica pode obter preços até 15% superiores a seus concorrentes sem certificação - caso, por exemplo, do café. Muito interessado por este mercado, o Rio Grande do Sul lidera a busca das certificações. Neste Estado, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) está com estudos para a denominação do Doce de Pelotas, do Arroz do Litoral Norte e do Couro Acabado do Vale dos Sinos. O Sebrae/RS pretende abrir os processos solicitando as **indicações geográficas** para os três novos produtos do Rio Grande do Sul ainda neste semestre. O processo mais adiantado é o do Couro Acabado do Vale dos Sinos. O levantamento histórico para delimitar a área que receberá a certificação se encerrou em fevereiro. Que o couro é do Brasil, todos sabem, mas o importante é dizer que é do Vale dos Sinos - conforme destaca a gestão do projeto de Arranjo Produtivo Local de Componentes do Sebrae/RS. Dessa forma, além de agregar valor ao produto, protege o couro gaúcho de imitações. O projeto está voltado

principalmente para a exportação.

A proteção também abrange outros dois projetos gaúchos: é o Doce de Pelotas, conhecido por haver incorporado tipos e práticas artesanais características dos doces portugueses - e o Arroz do Litoral Norte - produto reconhecido como diferenciado em sabor e coloração em relação às demais regiões que cultivam o grão. Para incentivar o registro de **indicações geográficas**, o **Inpi** está preparando um programa que irá distribuir cartilhas, além do levantamento de regiões com potencial reconhecimento para este tipo de proteção intelectual. Pelotas talvez tenha algo mais do que o Doce, considerando, por exemplo, produtos de algumas empresas que têm projeção nacional, tanto em termos de mercado para comercialização como por prêmios recebidos. A falta de conhecimentos conceituais e técnicos é forte fator que contribui para o pequeno número de solicitações de registro de indicação geográfica. É um problema que, provavelmente, não existe numa cidade, como Pelotas, que dispõe de duas universidades, um centro federal de educação tecnológica e importante unidade da Embrapa.

Destaca-se, finalmente, que, desde o início do ano, a carne produzida no Pampa gaúcho tem um selo que garante a sua origem. É a primeira carne em todo o continente americano a possuir uma certificação de denominação geográfica. O projeto do Frigorífico Mercosul, que fez parceria com a Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, é buscar o mercado externo. A região que recebeu a certificação totaliza 1,2 milhão de hectares de pastagens de primeira qualidade. Trata-se de expressiva demonstração da evolução da pecuária da Metade Sul do Estado.

Fiesp e NAM declaram apoio a seus governos

NACIONAL

São Paulo, 16 de Abril de 2007 - A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a National Association of Manufactures (NAM) divulgaram na sexta-feira uma declaração conjunta na qual as entidades empresariais brasileira e norte-americana se comprometem a intensificar os esforços em apoiar seus respectivos governos na resolução de questões que dificultam a conclusão da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) .

O objetivo do diálogo vai além da obtenção de um acordo equilibrado na Rodada de Doha e inclui ações complementares para criar oportunidades de investimentos, promover reformas estruturais e o combate à **pirataria** da **propriedade intelectual**.

Os presidentes da Fiesp, Paulo Skaf, e da NAM, John Engler, não quiseram apontar quais são os setores

com maior flexibilidade para dar os primeiros passos na liberalização comercial. No entanto, reconheceram a importância da participação de empresas brasileiras e norte-americanas na busca por uma solução ganha-ganha. "O tempo para isso não depende de nós. Trabalhamos numa primeira etapa para tentar uma conclusão da rodada ainda em 2007. Se isso não ocorrer, virão novas etapas. E se Doha não der certo, ainda restam as negociações bilaterais", disse Skaf.

Engler disse acreditar que as negociações entre Brasil e EUA podem influenciar a opinião de outras nações. "Vivemos um momento importante das negociações e precisamos trabalhar, independentes dos processos eleitorais em andamento em todo o mundo Não podemos parar. "

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 6) (Cristina Borges Guimarães)

Pingüim e raposa invadem o RS

LINK

SOFTWARE

Fisl, em Porto Alegre, reuniu ativistas para discussões sobre o universo do software livre

Rodrigo Martins, Porto Alegre

Eram pingüins, gnus, raposas e javalis. A bicharada rolou solta na capital gaúcha na semana passada. Símbolos de programas colaborativos de computador, esses mascotes foram onipresentes nas palestras, bate-papos regados a cerveja e reuniões de negócios dos engravatados na oitava edição do Fórum Internacional de Software Livre (Fisl), que ocorreu de quinta-feira a sábado.

E não faltaram ativistas da causa. Um batalhão de 'nerds', que formou longas filas no primeiro dia do evento, trazia estampado nas roupas o seu comprometimento com a causa. Parecia até um desfile. Camisetas de todos os tipos chamavam a atenção para softwares livres como o sistema operacional GNU/Linux e o navegador Firefox, além de repudiar o 'monopólio da Microsoft'.

Visitantes também usavam bonés com os símbolos bem conhecidos por essa galera. Mas o maior sucesso mesmo era uma camiseta que trazia um pingüim - símbolo do Linux - vestido de gaúcho. Custava R\$ 30 e dava direito a participar do 'churrasco dos nerds', que rolou na sexta-feira. 'A camiseta se esgotou no primeiro dia', disse o vendedor.

Na opinião do carioca Bruno Wallone, de 21 anos, vestir-se dessa maneira é uma forma de se expressar. Ele trazia nas roupas os dizeres 'Linux Inside', um trocadilho com o famoso slogan da fabricante de processadores Intel. 'É uma maneira de mostrar a sua filosofia de vida', destacou o italiano Vincenzo Tozzi,

de 26 anos, que vestia uma camiseta surrada com o desenho de um pingüim.

Mais do que um programa gratuito, o software livre é uma ideologia. Nesse universo, o desenvolvimento dos aplicativos não fica nas mãos de empresas, mas, sim, a cargo de uma comunidade mundial, que trabalha de forma voluntária. Podem fazer parte dela desde usuários comuns até grandes companhias. E o Fisl teve várias palestras destinadas a esclarecer esse conceito.

'Esse tipo de software é um trabalho de autoria coletiva, onde a comunidade tem acesso a tudo: desde os códigos usados na programação até a liberdade de utilizar como quiser', explicou o cientista social Rafael Evangelista.

De acordo com um dos líderes do movimento Java no Brasil, Bruno Souza, ter acesso ao código significa ter conhecimento. 'Fica muito mais fácil aprender como os programas são feitos e passar a participar da comunidade.'

Além disso, o software livre também é uma alternativa aos aplicativos proprietários como o Windows, afirmou o gerente de comunidades do projeto OpenOffice.org, Louis Suarez-Pottz. 'Muita gente usa **pirataria** porque desconhece que há programas livres e gratuitos que funcionam bem.'

Nesse clima de liberdade, o Fisl realizou 235 palestras. A cada hora ocorriam nove palestras simultâneas, o que fez muitos correrem de um lado para o outro para não perder o início da próxima. Os temas eram os mais variados possíveis: desde discussões técnicas, como aspectos de linguagem de programação, até telefonia via internet (VoIP), inclusão digital, games e robótica.

O governo federal compareceu em peso: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios, Mi-

Continuação: Pingüim e raposa invadem o RS

nistério da Educação, Previdência Social, programas de inclusão digital, entre outros. Durante as discussões, os membros do governo aproveitaram para anunciar que irão migrar os computadores da Previdência para software livre e que irão disponibilizar os programas desenvolvidos pelo governo para download.

Mas a grande estrela do Fisl não foi ninguém do Planalto. Com flashes de câmeras digitais que o seguiam por todo o lugar, um velhinho com cabelos brancos e longa barba despertava a atenção. Todos queriam tirar fotos com ele. O tal senhor era o presidente da associação Linux International e famoso peregrino na divulgação de software livre, Jon 'Maddog' Hall. 'Acho que me confundem com o Papai Noel', brincou.

Enquanto isso, do lado de fora, estandes de organizações e de empresas que defendem o uso de software livre atraíam o público. O governo federal, mais uma vez, dominou a maioria dos espaços. Mas estiveram presentes empresas como Google e Sun Microsystems, que distribuíram prêmios como

iPods e PCs para atrair público. Além disso, organizações de programadores brasileiros e da Argentina e do Uruguai tentavam atrair associados.

Mas o que chamou mesmo a atenção foi o espaço da ONG Um Laptop por Criança (OLPC, na sigla em inglês). Lá foi possível ver o famoso notebook de US\$ 100 - que, na verdade, custa US\$ 130. O estande ficava lotado. Todos queriam tocar nas teclinhas verdes e mexer nas anteninhas para conexão sem fios à web.

O projeto prevê distribuir um laptop para cada estudante da rede pública em países em desenvolvimento. Para isso, as nações interessadas, como o Brasil, vão precisar comprar lotes com no mínimo 1 milhão de aparelhos. Os responsáveis pela iniciativa não souberam dizer se - ou quando - o micrinho vai começar a ser distribuído no País. 'Mas já estamos testando em escolas de vários países, incluindo uma em Porto Alegre e outra em São Paulo', disse o vice-presidente de software da OLPC, Jim Gettys. 'Devemos começar a produção em setembro. É esperar para ver.'

Cora Rónai

CORA RÓNAI

Cora Rónai



Esta vossa escriba participa do “capítulo” de amanhã, às 18h30, junto com Dagomir Marquezi, da “Exame”, Carlos Albuquerque, aqui do GLOBO, e Sérgio Branco, da Fundação Getúlio Vargas. Vou falar sobre **pirataria** tecnológica, uma área muito polêmica, a despeito do que pretendem fazer crer as associações de produtores de software, que desde que os primeiros computadores nasceram, queixam-se amargamente dos “prejuízos” que lhes são impostos pelos piratas.

Para mim, o próprio termo “pirata” não tem a conotação que lhe atribuem; quem vende software produzido por outros é ladrão, e ponto. Acho ingenuidade ou má fé pôr no mesmo saco essas pessoas, que agem em busca de um lucro ilícito, e usuários que trocam programas, sem qualquer ganho, em busca de conhecimento.

Discutindo a **pirataria**, no CCBB

Vai ao ar amanhã, no CCBB, mais um módulo do ciclo de debates “Piratas da Cultura — comunicação e cidadania”, que acontece todas as terças do mês no auditório do 4º andar. A idéia do curador do ciclo, o professor João Maia, da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, é propor a ampliação da visão sobre a **pirataria**, deslocando a discussão do âmbito jurídico para o âmbito antropológico. Trata-se, em suma, de pensar a **pirataria** como uma estratégia popular que, de certa maneira, democratiza o acesso a bens culturais antes restritos a certos circuitos.

Já escrevi inúmeras vezes sobre isso. Os produtores cometem o erro básico de imaginar que todas as pessoas que copiam programas — ou, hoje, dada a disseminação geral do roubo puro e simples, compram programas a dez real — comprariam os seus produtos pelos preços praticados no mercado oficial.

Um software que é muito interessante como distração, sem custo, some da lista de prioridades quando custa uma pequena fortuna. Ainda não se inventou melhor forma de combate à **pirataria** do que preços razoáveis.

"Fazer papel de Robin Hood não é correto"

ECONOMIA

Entrevista: Lawrence Kogan, presidente do Instituto para o Comércio, Padronização e Desenvolvimento Sustentável dos EUA

Zero Hora - Como a queixa formal dos Estados Unidos contra a China feita na semana passada, que envolve questões de direito intelectual, deve afetar o tratamento do assunto no mundo?

Lawrence Kogan- A questão levada à Organização Mundial do Comércio (OMC) é em parte política e em parte legal. Ainda está na primeira fase. Mas tem o efeito de fazer a China perceber como essa questão é importante. No caso da falsificação e da **pirataria**, talvez o governo chinês esteja fazendo de conta que não vê. Essas atividades representam emprego para muitas pessoas, mas isso não as torna corretas.

ZH - Como é possível tratar com justiça a propriedade intelectual em países ricos e pobres, já que as oportunidades na área são muito diferentes?

Kogan- O direito de propriedade antecede a questão da **propriedade intelectual**. Se não houver proteção, as pessoas não terão interesse em desenvolver direitos nessa área. Os pobres têm idéias, mas não sa-

bem como destravar esse conhecimento e colocá-lo no mercado - não têm mecanismos legais e contatos no universo dos negócios. Assim, não percebem os benefícios.

ZH - Como o senhor avalia a iniciativa do Brasil de fazer acordos para fabricar remédios, especialmente anti-Aids?

Kogan- Nos EUA e na lei da OMC, está estabelecido que, quando um governo toma uma **patente** em nome do interesse público, tem de pagar indenização. O Brasil ameaçou quebrar as licenças, e isso reduziu o valor dos produtos. Isso não é justo. É compreensível que os governos queiram preços mais acessíveis, a lei americana também prevê os genéricos, mas após um período de três a seis anos. O Brasil não respeitou esse período. Todos entendemos que é importante garantir acesso para as pessoas, mas fazer papel de Robin Hood não é a maneira certa.

Multimídia

Brasil não respeita acordos sobre remédios, critica Kogan

Saiba mais

Propriedade desafia pensadores

"O estado de direito protege todos, especialmente os pobres"

Fórum da Liberdade trata do papel da propriedade

ECONOMIA

Fórum da Liberdade trata do papel da propriedade

Hoje e amanhã, ocorre a 20ª edição do Fórum da Liberdade, promovida pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE) no prédio 41 da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. O tema deste ano é Propriedade e desenvolvimento, com a abordagem de questões como o papel da propriedade privada na prosperidade econômica e social, as limitações legais e constitucionais ao uso da propriedade, o fim da reforma agrária, **propriedade intelectual, pirataria** e quebra de **patentes**, privatizações e fim dos monopólios públicos e expropriações públicas.

Realizado anualmente, o Fórum da Liberdade é reconhecido como um dos maiores eventos de debate de idéias da América, fomentando a discussão de temas atuais e polêmicos, a liberdade de expressão e a

pluralidade. Ao longo das 19 edições já realizadas, o Fórum conseguiu alcançar reconhecimento e credibilidade nacional e internacional, através dos grandes conferencistas que reúne em Porto Alegre e da seriedade e dedicação colocada em cada atividade do evento.

Entre os renomados palestrantes, estarão o fundador e diretor do Liberty Institute, de Nova Dehli, na Índia, o jornalista Barun Mitra; a vice-presidente do norte-americano The Heritage Foundation, Becky Norton Dunlop; o consultor de análise política e filósofo Denis Rosenfield, o ex-primeiro ministro espanhol José Maria Aznar, **o diretor-presidente e co-fundador do Institute for Trade, Standards and Sustainable Development, Lawrence Kogan, também presidente da Sound Science Business Strategies;** o economista queniano James Shikwati, o coordenador executivo do Grupo Cultural AfroReggae, José de Oliveira Júnior, eleito Jovem Líder para o Futuro Mundial pelo Fórum Econômico Mundial de Davos, em janeiro de 2006.

Combate à pirataria será debatido com especialistas

COMISSÕES - CE

A **pirataria** nas áreas de cinema, vídeo e música, será debatida em audiência pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, ligada à Comissão de Educação (CE). O requerimento para realização do debate foi apresentado pelos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Marisa Serrano (PSDB-MS). Na justificativa da proposta, Marisa Serrano apontou para os diversos tipos de **pirataria** praticados no país, citando especificamente o download ilegal de músicas na internet.

O presidente da subcomissão, Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que a legislação é ineficiente no combate aos diversos tipos de **pirataria** e que a fun-

ção da audiência é reunir especialistas para fornecer subsídios à elaboração de um projeto que combata esse tipo de crime.

Ainda foram aprovados outros cinco requerimentos de audiências, para a discussão de questões relacionadas à indústria cinematográfica; regulamentação do artigo 221 da Constituição federal; elaboração de uma lei para o setor teatral; aplicação dos recursos do Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações (Fust) e incentivo à importação de instrumentos musicais.

Também participaram da reunião os senadores Paulo Duque (PMDB-RJ), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Marconi Perillo (PSDB-GO), Romeu Tuma (DEM-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

GPL3 é o futuro do software livre

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

Fórum em Porto Alegre discute a nova licença e os desafios do código aberto

Cristina de Luca

Porto Alegre. Um processo de radicalização da **propriedade intelectual** acontece em várias camadas legislativas, talvez o front decisivo para o embate entre a supremacia da liberdade do mercado e individual.

Pode ser um divisor de águas na forma como o poder econômico na Tecnologia da Informação, que apostou suas fichas no modelo proprietário - até à década de 80 o mais rentável - reage ao refluxo em relação aos direitos e liberdades representados pelos movimento de software, cultura e espectro livre.

Discussões sobre o assunto deram o tom do 8º Fórum Internacional Software Livre, encerrado sábado em Porto Alegre. A medida que o software livre se impõe como modelo econômico viável e começa a interessar empresas como Sun, IBM, Google e até a Microsoft, cresce a preocupação dos fundamentalistas em proteger as liberdades básicas do software livre - usar, copiar, modificar e distribuir.

Onde estão os perigos para o movimento do software livre? Nas brechas da atual versão da GPL, explica Daniel Ravicher, diretor da Public Patent Foundation (Pubpat), diretor legal do Software Freedom Law Center e advogado responsável pela GPLv3. O medo maior está na proteção de **patentes**.

- O que donos de **patentes** podem fazer com elas? Ameaçar pessoas e empresas quanto a supostas infrações - diz Ravicher.

É a estratégia do conhecido FUD (*Fear, uncertainty, and doubt*, Medo, incerteza e dúvida) levada às últimas conseqüências.

- Em 2006, houve um grande aumento de registro de **patentes** nos Estados Unidos. Bem maior que o boom de 1998, quando o governo americano tomou a decisão de que software não deveria ser **patente** por si só. Hoje, algo entre mil e 10 mil **patentes** de software são registradas por ano - explica Ravicher.

E porque todos temem tanto esses processos, mesmo quando têm a certeza de que não feriram as leis? Porque eles custam caro. Ravicher conta que uma simples declaração de um escritório de advocacia americano dizendo que uma **patente** não foi violada pode custar U\$ 40 mil. Se o processo prosseguir, o desembolso com a defesa será mil vezes maior. Já pensou como uma pequena produtora de software desembolsaria milhões para se proteger?

Por isso o recente acordo de proteção de **patentes** entre a Microsoft e a Novell tira o sono dos defensores das liberdades individuais. Nele, a Microsoft concordou em não reclamar direito de **patente** sobre qualquer tecnologia integrada ao Suse Linux, da Novell, em ambientes corporativos. Mas, ao fazer isto, em vez de encorajar o uso de redes interoperáveis, acendeu o sinal de alerta na comunidade de software livre.

A interpretação mais extremada é a de que, com o acordo, a Novell reconhece ter violado **patentes** da Microsoft no Suse Linux. O que, no limite da legislação, pode dar à Microsoft direitos legais sobre o Linux. Exagero? Brad Smith, advogado-geral da Microsoft, acredita que "quando esta década terminar e olharmos em perspectiva, o acordo entre as empresas terá sido um dos marcos mais significativos da década para a **propriedade intelectual**".

Para a Google o Linux tem valor infinito. Permite ter nossa própria bios e estrutura de arquivos. Estudamos agora como liberar mais código binário.

Rodrigo Damazio, engenheiro do Google

Onde está a saída? Na visão técnica de Theo De Raadt, desenvolvedor do OpenBSD, está em manter o código Linux o mais puro possível. Para Ravicher, no uso inteligente das **patentes** e licenças também por produtores de software livre, que, em breve, contarão com a nova versão GPLv3. O último rascunho ficou pronto no mês passado.

Usar a GPL em defesa dos seus interesses sem ferir os da comunidade é o que já fazem hoje várias empresas que se beneficiam da cadeia produtiva do software livre, como Google e Sun. A última aproveitou o fórum para anunciar que, até junho, libera os seis milhões de linhas de código do Java sob a GPL.

A Google usa e abusa dos princípios da computação distribuída da web 2.0 para modificar o Linux e deixar que os outros se beneficiem das melhorias que faz, sem distribuir o software, já que estão rodando em computadores da própria empresa. Por conta dis-

so, não é obrigada a devolver para a comunidade todas as customizações que faz no sistema. E mesmo assim é uma das maiores contribuintes para o desenvolvimento do kernel do Linux.

- Para a Google o Linux tem valor infinito. Nos permite ter nossa própria bios e estrutura de arquivos. Estudamos como liberar mais código binário criado por nossos engenheiros. Certamente não estarão entre o que é considerado segredo do negócio, como o software antispam do Gmail - comenta Rodrigo Damazio, engenheiro da empresa

A GPLv3 está em fase final de elaboração e deve ser publicada em agosto. De olho na convergência digital, a nova licença se preocupa em cobrir outras obras autorais além do software, como dispositivos anti-DRM e mecanismos antes cobertos pela GPL Affero.

- Andaríamos mais rápido se deixássemos de lado as pequenas perdas que a GPLv3 possa imputar ao movimento *open source*, e nos concentrássemos nos ganhos que certamente trará - diz Ravicher.

Um deles é a possibilidade de tornar esta versão da GPL retroativa, anulando os efeitos prejudiciais do acordo Microsoft/Novell, baseada no fato de que um terço dos pacotes Linux estão sob licença GPLv2, com a cláusula GPLv2 ou posterior. Os próximos rounds prometem.

"O estado de direito protege todos, especialmente os pobres"

ECONOMIA

Entrevista: Barun Mitra, fundador do Liberty Institute, de Nova Délhi

Zero Hora - As regras de direito de propriedade, especialmente intelectual, ajudam ou prejudicam os países pobres?

Barun Mitra- O direito de **propriedade intelectual** é uma extensão do direito de propriedade. Em relação a medicamentos, ter regras de **propriedade intelectual** ajuda os países em desenvolvimento. A Índia mudou a legislação em 2005. Por mais de 30 anos, não havia **patentes**. O ponto é que agora, como naquela época, o sistema de saúde não é suficiente: 60% a 70% dos indianos não têm acesso. No caso dos remédios contra a Aids, 50% a 60% são exportados, mas apenas 2% a 3% dos pacientes têm acesso a esses medicamentos. O sistema de saúde é complexo, precisa de laboratórios, médicos, diagnósticos competentes, tratamentos adequados etc.

ZH - Mas como o direito de propriedade pode ajudar a mudar essa situação?

Mitra- A **propriedade intelectual** não tem poder pa-

ra fazer essa mudança. Mas incentivará as empresas nacionais e internacionais a produzirem e venderem produtos lá. O problema é que a discussão sobre a melhoria do atendimento à saúde na Índia está desvirtuada. O foco está na questão das **patentes** da indústria farmacêutica e não nos pacientes. O atendimento é precário não por culpa das **patentes**, mas porque o sistema de saúde é deficiente. Mesmo que o remédio seja grátis, não significa que chegará aos pacientes.

ZH - Como aproximar os interesses de ricos e pobres na questão dos direitos de propriedade?

Mitra- Em todos os países, os ricos podem se proteger por si mesmos. Podem comprar e até corromper alguém para ter proteção. Mas os pobres não podem fazer nada se a lei não protegê-los. O estado de direito protege todos os cidadãos, especialmente os pobres.

Multimídia

Para Mitra, regras de propriedade ajudam países em desenvolvimento

Saiba mais

Propriedade desafia pensadores

"Fazer papel de Robin Hood não é correto"

CIB PARTICIPA DE CONGRESSO DA FAO

Amanhã, das 16h às 16h30, a pesquisadora Alda Lerayer, Diretora-Executiva do Conselho de Informações sobre **Biotecnologia** (CIB) , vai apresentar a palestra "Microorganismos, **Biotecnologia** e a Indústria de Alimentos", no segundo dia do Global Feed & Food 2007, em São Paulo. O evento, realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) e pela Federação Internacional da Indústria de Alimentação (IFIF) , é organizado no Brasil pelo Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações) .

"O espaço é de suma importância para destacar e assegurar para toda a sociedade que a **biotecnologia** aplicada à alimentação tem todas as questões de biossegurança aprovadas por instituições do porte da FAO e da IFIF", avalia Alda.

Especialista em genética e com ampla experiência na área de laticínios, a diretora do CIB vai demonstrar que aproximadamente 70% de todos os alimentos processados contêm pelo menos um ingrediente derivado de microrganismos geneticamente modificados (MGMs) . O pão, o queijo, a cerveja, o

vinho, o aspartame e alimentos enriquecidos, por exemplo, possuem enzimas, vitaminas ou aminoácidos produzidos por MGMs. Estas substâncias atuam diretamente nos processos de fermentação, formação de sabor e aromas e preservação dos alimentos.

Alda afirma que a utilização das enzimas transgênicas apresenta diversas vantagens econômicas e industriais, dentre elas a maior produtividade com menor formação de resíduos indesejáveis, melhoria do processo tecnológico e redução de custos.

"Microorganismos, **Biotecnologia** e a Indústria de Alimentos"

Dia: 17 de abril

Hora: das 16h as 16h30

Local: Global Feed & Food 2007

Auditório Principal do Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) do Hospital Sírio Libanês

Rua Coronel Nicolau dos Santos, 69 - Bela Vista - São Paulo